



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638732 - BA (2021/0002022-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : EURICO VITOR RAMON BARBOSA SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO : EURICO VITOR RAMON BARBOSA SANTOS DE SOUZA -
BA030803
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ALERCIO GALHARDE DOS SANTOS SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALERCIO GALHARDE DOS SANTOS SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8010851-49.2020.8.05.0000).

O paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão em regime semiaberto pela suposta prática dos crimes descritos no art. 16 da Lei n. 10826/2003 e art. 23 da Lei n. 11.343/2006.

Alega o impetrante que inexistente prova de que o paciente tenha cometido o crime em investigação, visto que teria confessado ser possuidor apenas de 35g de cocaína para consumo próprio. Com relação ao porte de arma, afirma que o paciente desconhece a arma e que o delito é afiançável. Assevera que a circunstância de haver descumprido condição de liberdade anteriormente concedida não seria motivo para manter a prisão atual, já que carece dos elementos que a justifiquem. Sustenta ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo da prisão.

Requer a concessão da ordem para que cesse o constrangimento ilegal a que está sujeito o paciente. Subsidiariamente, pede que a prisão provisória seja substituída por domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 638.732/BA, que indeferiu a ordem liminarmente, pois se tratava de impugnação a decisão monocrática de desembargador, circunstância que se repete no presente *writ*.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente